

V.20 nº42 (2024)

REVISTA DA

AN PE GE

ISSN 1679-768X

A stylized lowercase letter 'a' in a white, rounded font, positioned above the organization's name.

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
**AN
PE
GE**



HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

A questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IBGE (1972-1992): impressões iniciais

The environmental issue in the Brazilian Journal of Geography of the IBGE (1972-1992): initial impressions

La question environnementale dans la Revue de Géographie Brésilienne de l'IBGE (1972-1992) : premières impressions

DOI: 10.5418/ra2024.v20i42.19162

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

V.20 n°42 (2024)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: O período entre a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) foi muito importante para a questão ambiental contemporânea. O debate ambiental rapidamente evoluiu e impactou diferentes ciências. Com tradição nos estudos da natureza, com a Geografia não poderia ter sido diferente. O objetivo deste artigo é investigar se os textos publicados na Revista Brasileira de Geografia do IBGE do período incorporaram a questão ambiental contemporânea. Como metodologia, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a questão ambiental contemporânea e o levantamento e tabulação dos textos publicados na revista. Observou-se que de fato houve uma sensível ampliação da abordagem da questão ambiental no periódico, com textos que inclusive analisaram publicações importantes do período sobre a temática ambiental.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Geografia; IBGE; questão ambiental contemporânea; geopolítica ambiental; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: The period between the United Nations Conference on the Human Environment (Stockholm, 1972) and the United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 1992) was very important for contemporary environmental issues. The environmental debate quickly evolved and impacted different sciences. With a tradition in nature studies, Geography should not have been any different. The objective of this article is to investigate whether the texts published in the IBGE Brazilian Journal of Geography of the period incorporated contemporary environmental issues. As a methodology, a bibliographic review was carried out on contemporary environmental issues and a survey and tabulation of texts published in the magazine. It was observed that there was in fact a significant expansion of the approach to environmental issues in the periodical, with texts that even analyzed important publications of the period on environmental issues.

Keywords: Brazilian Journal of Geography; IBGE; contemporary environmental issue; environmental geopolitics; sustainable development.



RÉSUMÉ: La période entre la réalisation de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement (Stockholm 1975) et la Conférence sur le environnement et le développement a été très importante en ce qui concerne au débat contemporain sur le milieu. Ce débat a évolué vite et a impacté différentes sciences. A partir d'une tradition appuyée sur des études sur la nature, la géographie a participé aussi de ce contexte. Le but de cet article est de savoir comment la Revista Brasileira de Geografia de l'IBGE a réagi à la question environnementale. Du point du vue méthodologique, on a croisé les articles publiés sur ce sujet avec une révision bibliographique autour de ce thème. On a constaté que il y a eu une remarquable dilatation de textes sur la question environnementale, y compris des articles qui ont analysé d'autres publications importantes sur cette matière.

Mots-clés: Revista Brasileira de Geografia; IBGE; question environnementale contemporaine; géopolitique de l'environnement; développement équitable.

Introdução

“*O desafio ambiental representa um desafio para a própria geografia*” (BAYLISS-SMITH, OWENS, 1996 [1994], p. 153). A geografia, na condição de ciência que historicamente reverbera uma divisão teórico-metodológica entre *humana e física*, nem sempre captou a natureza essencialmente política dos problemas ambientais. A transformação em *commodities* da água, das terras urbanas e rurais, do clima, da biodiversidade e das próprias áreas de conservação obriga o geógrafo a realizar investigações mais complexas e diversas (ROMERO, 2009), pois a privatização e mercantilização dos componentes da natureza exige um exercício analítico eminentemente político. Afinal, a questão ambiental é um problema de ordem fundamentalmente geográfica (GEORGE, 1973, p. 09).

Se o século XX foi marcado por uma crescente brutalidade e desumanidade, especialmente pelas marcas e impactos das guerras travadas sem limites e pela curva ascendente do barbarismo em escala global (HOBSBAWM, 1995 [1994], p. 56), também emergiram, especialmente no pós-Segunda Guerra novos desafios, questões, propostas, lutas e perspectivas. A eclosão das bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki não somente confirmou as angústias societárias perante as ilimitadas e inconsequentes ambições geopolíticas das nações mais poderosas, mas constituiu o substrato para a gênese das atuais preocupações ambientais contemporâneas (MENDONÇA, 1993; FOLADORI, 2001; RIBEIRO, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2002).

1945 foi o ano do nascituro da *geopolítica ambiental contemporânea* (OLIVEIRA, 2019), especialmente marcada por grandes estudos globais, como o Limites do Crescimento (MEADOWS et.

al., 1973 [1972]) e o Nosso Futuro Comum (CNUMAD, 1987), documentos oficiais de lastro planetário, como a Agenda 21 (1996 [1992]), o Protocolo de Quioto (CONVENÇÃO-QUADRO, 1997) e a Agenda 2030 (ONU, 2015), e grandes conferências como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (1972) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (1992). Essas duas grandes conferências, Estocolmo-1972 e Rio de Janeiro-1992, representaram pontos de inflexão fundamentais na *geopolítica ambiental*: a primeira como símbolo da ascensão da questão ecológica ao centro dos debates políticos internacionais; a segunda como ponto de referência institucional (FONT, RUFÍ, 2006 [2001]) e consolidação do meio ambiente como problemática internacional (LE PRESTE, 2000 [1997]), especialmente por meio da coalizão global em torno da concepção do desenvolvimento sustentável como estratégia de equacionamento das mazelas ambientais.

Neste cenário de emersão e consolidação da questão ecológica em sua forma (geo)política, quais as repercussões do debate ambiental na geografia brasileira? É provável que a ciência geográfica, que articula reflexões sociedade-natureza, possa ter recebido forte influência do debate ambiental que despontava em escala global. Por outro lado, num país que viveu as agruras do desenvolvimentismo avassalador combinado ao autoritarismo político da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985, e que somente em 1990 pode dar posse a um presidente democraticamente eleito, seria possível alentar que o debate ambiental tenha sido mais lentamente incorporado, especialmente por organismos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o intento de responder à questão proposta, nos debruçaremos sobre a Revista Brasileira de Geografia do IBGE. Fundado em 1938, o IBGE foi a principal instituição geográfica do Brasil no século XX, com ações que envolviam recolher dados e distribuí-los espacialmente, estimular a confecção de mapas de diferentes escalas, auxiliar na elaboração de políticas públicas, propor ações para a atenuação das desigualdades regionais, articular diferentes escalas analíticas tendo como referência o Estado e propagar o sentimento de unidade territorial e de identidade nacional (RIBEIRO et.al., 2020). A Revista Brasileira de Geografia, publicada pelo IBGE, oferece um importantíssimo acervo de duzentas e treze edições – não contabilizando as republicações dos números especiais – somente entre 1939 e 1996, com as principais controvérsias conceituais e metodológicas do século passado, tais como a adoção de uma perspectiva amparada nos trabalhos de campo, na regionalização e na descrição das paisagens, seguida da mudança para um perfil teórico-quantitativo consagrado à matematização do espaço e ao emprego de modelos computacionais visando à previsão do planejamento urbano-regional e até o surgimento tímido de trabalhos baseados no materialismo histórico-dialético nas primeiras décadas dos anos oitenta discutindo educação, mercado de trabalho e pobreza urbana, condições habitacionais de pessoas de baixa renda, imigração e favelização, o conceito de divisão social do trabalho a fim de compreender o sistema urbano nacional e a degradação

ambiental provocada pela modernização agrícola (RIBEIRO et.al., 2020). É um vasto e precioso material que permite ao pesquisador identificar temáticas, metodologias, teorias, dados empíricos, virtudes analíticas, dificuldades e limites da ciência geográfica brasileira praticada no período.

O objetivo deste artigo é refletir, a partir de um levantamento das edições da Revista Brasileira de Geografia publicadas entre os anos 1972 e 1992, sobre o grau de influência na geografia brasileira das ideias, estratégias, resoluções e mudanças da *geopolítica ambiental* no período. Trata-se de um período-chave para a questão ambiental contemporânea: em 1972, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, em Estocolmo, que foi a primeira grande reunião sobre a temática ambiental e responsável por colocar a questão no cerne da geopolítica global; duas décadas depois, em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, na cidade do Rio de Janeiro, que celebrou a concepção de desenvolvimento sustentável e se consolidou como o evento político-ecológico mais importante já realizado.

Neste período de 20 anos, intenciona-se compreender a recepção, evolução, espraiamento, consolidação e aprofundamento da questão ambiental contemporânea em seu viés político, bem como catalogar os trabalhos que mais se atentaram aos debates internacionalmente propostos. Assim, ainda que contenha imprecisões ou dissonâncias, esta pesquisa permitirá, em última instância, a identificação de artigos e autores que trataram de forma mais *política a questão ambiental* e explorar as conexões, atualidades e pioneirismos das discussões travadas no periódico sobre o tema.

Metodologicamente, foram realizados os seguintes procedimentos: [1] realização de revisão bibliográfica sobre a questão ambiental contemporânea, sua ascensão geopolítica e geoeconômica e expressões ideológicas, especialmente no que se refere às duas grandes conferências ambientais ocorridas no intervalo de duas décadas (1972-1992); [2] verificação e tabulação dos artigos e demais publicações da Revista Brasileira de Geografia (RBG-IBGE) entre 1972 e 1992 que incorporem o *debate ambiental*, excetuando-se os trabalhos essencialmente descritivos e estritamente pertencentes às tradições da geografia física; por fim, [3] tabulação, agrupamento temporal e seleção das questões centrais norteadoras para discussão, por meio da reflexão analítica sobre os temas, conceitos, pesquisas e interpretações acerca da temática, utilizando como perspectiva de interpretação os acontecimentos geopolíticos ocorridos no cenário internacional.

No que se refere à verificação e tabulação dos artigos e demais publicações que incorporem o debate ambiental na Revista Brasileira de Geografia (RBG-IBGE) no período destacado, o objetivo é recuperar os materiais que atendessem a alguma destas perspectivas: [1] textos que atentaram ao debate internacional sobre meio ambiente em curso; [2] artigos que repercutiram cuidados ambientais e mecanismos de proteção ou conservação ecológica; [3] publicações que trataram a questão ambiental em sua forma política, associando os impactos ecológicos com ações antrópicas e apresentando

soluções ou questionamentos. Em outras palavras: publicações que estivessem alinhadas ao tratamento interpretativo-analítico do período no que se refere à questão ambiental.

De todo modo, corre-se um sério e evidente risco de incorporar algum artigo no levantamento que tenha características mais tradicionais ou mesmo excluir algum texto que porventura não possa ser assim enquadrado. O estudo da natureza pela geografia está atrelado ao próprio surgimento da ciência geográfica e temas como clima, solo, vegetação, relevo, hidrografia, formações geológicas são tratados na RBG-IBGE desde seus primeiros números. Portanto, a seleção de materiais é eminentemente arriscada, mas espera-se ainda assim que a trilha metodológica ofereça um importante caminho de análise

1- Entre Estocolmo (1972) e Rio de Janeiro (1992): a aproximação entre (geo)política, economia e meio ambiente e um esforço de periodização

A década de 1970 foi um período de virada na esfera internacional (STOLL, 2023) em diversas esferas – cultural, produtiva, política, tecnológica –, mas não há dúvidas de que a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, teve grande simbolismo acerca da questão ambiental. Estocolmo catalisou e sedimentou o efervescente debate ambiental internacional presente em diferentes obras, como a já citada *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade* (MEADOWS et. al., 1973 [1972]), mas também *Exploring New Ethics for Survival* (1973 [1962]) e *The Tragedy of Commons* (2013 [1968]), de Garret Hardin, *The Population Bomb* (1968), de Paul Ehrlich, *The Closing Circle* (1971), de Barry Commoner, *This Endangered Planet* (1971), de Richard Falk, além do clássico *Primavera Silenciosa* (2010 [1962]), de Rachel Carson (MCCORMICK, 1992 [1989]; LAGO, 2007).

Durante a conferência, em meio aos enfrentamentos entre diplomatas que defendiam o *desenvolvimentismo* – com destaque para a delegação brasileira – e os que exultavam o *crescimento zero* como forma de estancar os graves problemas ecológicos (EVASO et. al., 1992; RIBEIRO, 2005; RODRIGUES, 1993; OLIVEIRA, 2019), a Conferência de Estocolmo deixou como legado a entrada definitiva da questão ambiental na agenda internacional, com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediada em Nairóbi, no Quênia. Ainda como legado, a Conferência produziu a Declaração de Estocolmo e o Plano de Ação para Política Ambiental, que abarcava 109 recomendações para a cooperação internacional em prol do meio ambiente e a criação de um Fundo Ambiental, que deveria ser preenchido com contribuições voluntárias dos governos de vários Estados Nacionais (VIEIRA, 2002).

Todavia, se sob a ótica da geopolítica o sucesso de uma conferência internacional pode ser mensurado pelos acordos construídos, podemos asseverar que a Conferência de Estocolmo fracassou

na capacidade de alinhar os difusos interesses das delegações de países centrais e periféricos, pois a Declaração de Estocolmo e o Plano de Ação para Política Ambiental não implicaram na pactuação de uma proposta comum de ação no que se refere ao meio ambiente. Houve um desencontro entre economia e meio ambiente, por meio de um descompasso entre os interesses econômicos e as propostas ecológicas. Além da Conferência de Estocolmo não ter forjado uma ideia consensual que aliasse ecologia e economia e tampouco ter logrado possibilidades concretas de resolução dos anátemas ambientais, a década de 1970 acabou estigmatizada por uma aceleração contínua de efeitos que retratam um processo incontestável de destruição ecológica: aumento significativo dos índices de poluição global, ameaças nucleares, desmatamento, extermínio de espécies de animais silvestres, perda de biodiversidade, entre outros (OLIVEIRA, 2019). Podemos intitular, para fins metodológicos, este período entre 1972 e 1979 como *A Conferência de Estocolmo e o descompasso entre economia e ecologia*.

A busca da resolução da dissonância entre *economia e ecologia* é a base da construção da concepção de desenvolvimento sustentável. Tal concepção apareceu pela primeira vez no trabalho intitulado *Estratégia de Conservação Mundial*, publicado em 1980, resultado dos esforços comuns das ONGs União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e World Wide Fund for Nature (WWF), em solicitação do PNUMA no ano de 1980 (BAKER, 2006; BAYLISS-SMITH, 1996 [1994]; BARBIERI, 2007; HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005; VIEIRA, 2002). Todavia, é a partir da formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência da primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que o desenvolvimento sustentável ganhou contornos mais institucionais.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, após quatro anos de trabalho, publicou em 1987 os seus resultados através de um extenso relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* (*Our Common Future*), que promulgou a concepção de desenvolvimento sustentável como responsável pelo equacionamento dos problemas ambientais em diferentes escalas. Definido como aquele que atende “*as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (CMMAD, 1988 [1987], p. 46), o desenvolvimento sustentável combinou a ideia de proteção de natureza com o neoliberalismo econômico, aproximando conservacionismo com livre-comércio, novas (eco-)tecnologias e lucros por intermédio de serviços ambientais. Assim, o período entre 1980 e 1987 pode ser definido como *A emergência do desenvolvimento sustentável e a publicação do Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)* para fins metodológicos.

O período entre 1988 e 1992 será aqui denominado *A Consolidação e celebração do desenvolvimento sustentável na Conferência do Rio de Janeiro*, pois repercute o progressivo processo de espraiamento e institucionalização do desenvolvimento sustentável em escala global, culminando

com sua celebração na Rio-92. A influência dos ensinamentos do Relatório Brundtland se revela tão robusta que na Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, lê-se no Artigo 225 que “*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) foi programada durante convocação da ONU em 22 de dezembro de 1989 e a escolha do Brasil como sede da conferência foi oficializada em agosto de 1990, quando a candidatura brasileira superou a da Suécia. Vale reforçar que a definição ocorreu somente após a realização, em novembro de 1989 nos Estados Unidos, do encontro convocado pelo Instituto de Economia Internacional para formulação de políticas neoliberais para a América Latina, constituindo o que ficou conhecido como Consenso de Washington, que influenciou fortemente as economias latino-americanas na década seguinte (OLIVEIRA, 2019).

A Cúpula da Terra, que era o nome oficial da reunião das delegações diplomáticas da Rio-92 que ocorreu no Riocentro, produziu os seguintes documentos oficiais: [i] Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; [ii] Convenção-Quadro sobre Mudança Climática; [iii] Convenção sobre Diversidade Biológica; [iv] Declaração de Princípios com Autoridade Não Juridicamente Obrigatória para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas; e [v] Agenda 21. A Agenda 21 é o documento mais importante assinado na Rio-92, tornando-se a peça central dos acordos oriundos do Rio de Janeiro (HOBELINK, 1992, p. 412) por meio de um vultuoso conjunto de medidas ambientais, com compromissos de transferência tecnológica e fortalecimento das instituições para a construção do desenvolvimento sustentável (LAGO, 2007). Trata-se do catálogo de ações proposto na conferência, que se configurou a partir de então como o maior instrumento para operacionalizar o desenvolvimento sustentável (GABALDÓN, 1996).

2- A questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia (RBG-IBGE), entre 1972 e 1992: análises e resultados

Entre os anos de 1972 e 1992, foram publicados 78 volumes da Revista Brasileira de Geografia do IBGE com artigos inéditos, que estão disponibilizados, na íntegra e de forma gratuita em documentos em formato PDF, na página eletrônica da biblioteca do IBGE (<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>). Trata-se de um rico acervo com preciosidades da ciência geográfica, num período que percorreu o auge dos pressupostos da *Geografia Quantitativa* no Brasil, que enfatizava a utilização de modelos matemáticos

e carregava a proposta de uma ciência atrelada às ações do Estado, e assistiu, ainda que de modo tímido, o despontamento da *Geografia Crítica*, corrente que se baseava no materialismo histórico e na dialética marxista e cujas preocupações centrais estavam centradas no enfrentamento das diferenças de classe e da exploração do trabalho.

Não é intento deste artigo enveredar pelo difícil debate sobre as correntes vigentes na geografia, nem tampouco classificar, enaltecer ou questionar cada texto de acordo com sua inserção nas correntes supracitadas. Também não é escopo deste artigo avaliar a maior ou menor centralidade do periódico no contexto da produção bibliográfica da geografia brasileira nem a amplitude da repercussão da sua publicação no decorrer do período. A intenção é realizar um levantamento dos trabalhos publicados na Revista Brasileira de Geografia do IBGE que apresentaram reflexões atinentes aos debates políticos sobre a questão ambiental, independentemente da escola do pensamento geográfico ou da posição política de seus autores.

Assim, foram catalogados em quadros analíticos os textos que preencheram as expectativas de tratar a questão ambiental com alguma repercussão política ou que houvesse atrelamento aos debates realizados em escala global. Por outro lado, levantamentos fisiográficos, estudos aplicados de climatologia, geomorfologia, biogeografia e outros, memoriais descritivos da natureza de determinada região e mesmo trabalhos ou viagens de campo exploratórios não se aplicaram, nesta abordagem, ao que propõe. Trata-se, portanto, de um risco imenso a forma discricionária de inclusão ou exclusão de algum trabalho importante sobre o tema, mesmo que tenha sido realizada uma cuidadosa varredura e imersão nos artigos do período. Todavia, ainda que sob riscos, espera-se que trabalhos futuros possam corrigir os possíveis erros e aprimorar a reflexão aqui proposta.

Por fim, a Revista Brasileira de Geografia do IBGE era dividida em diferentes seções que foram se alterando no decorrer do tempo, como *Artigos*, *Comentários Bibliográficos*, *Transcrições*, *Noticiário* e outras, mas, por razões metodológicas, não se distinguiu aqui os trabalhos publicados nas seções *Artigos* e *Comunicações*. Quando situado em outra seção, a informação foi colocada entre parênteses nos quadros analíticos. Em alguns casos, notas serão acrescidas para os esclarecimentos que se mostrarem necessários e convenientes.

3.1- A Conferência de Estocolmo e o descompasso entre economia e ecologia: A questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IGBE entre 1972 e 1979

Desde 1972 até o final de 1979, totalizando 8 anos ininterruptos de novas edições, a Revista Brasileira de Geografia do IGBE publicou ao todo 30 edições – os números 3 e 4 do ano de 1978 e 1 e 2 do ano de 1979 foram publicados em um só volume. No Quadro 1, foram identificados os artigos que mais atendem ao debate sobre questão ambiental contemporânea, emergente no momento

geopolítico em curso, destacando-se o ano e o número da edição e o título e nome do (a, es, as) autor (a, es, as).

Quadro 1: A questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IBGE entre 1972 e 1979

Ano	Edição	Título do artigo e nome do (a, es, as) autor (a, es, as)
1972	Ano 34, n.º 1, jan./mar. 1972	<i>Transamazônica</i> , por Marília Velloso Galvão ¹
1973	Ano 35, n.º 4, out./dez. 1973	<i>Preservação do meio-ambiente em decreto presidencial</i> [Noticiário] ²
1974	Ano 36, n.º 2, abr./jun. 1974	<i>A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil</i> , por Bertha K. Becker ³
	Ano 36, n.º 3, jul./set. 1974	<i>Inventário dos Problemas do Meio-Ambiente no Brasil</i> [Noticiário] ⁴
	Ano 36, n.º 4, out./dez. 1974	<i>O desequilíbrio do quadro natural de Franca (SP) e a formação de voçorocas</i> ⁵ , por Neuza Machado Vieira
1975	Ano 37, n.º 2, abr./jun. 1975	<i>A conservação da natureza ante a exploração econômica da Amazônia</i> , por Edmon Nimer
1976	Ano 38, n.º 1, jan./mar. 1976	<i>A propósito de um modelo de ocupação racional da Amazônia</i> , por Bertha K. Becker
	Ano 38, n.º 4, out./dez. 1976	<i>Considerações sobre perspectivas geográficas do meio ambiente urbano</i> , por Fany Rachei Davidovich, Marília Velloso Galvão, Olga M. Buarque de Lima e Pedro Pinchas Geiger

¹ Texto informativo em defesa da construção da rodovia, incluído, ao final, por refletir ainda, que de forma conservadora e veloz, sobre a questão desenvolvimento *versus* riquezas naturais.

² Havia na revista a seção Noticiário, que aqui anuncia o Decreto n.º 73.030, de 30 de outubro de 1973, do então Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, criando no âmbito do Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio-ambiente (SEMA), órgão autônomo de administração direta orientado para a conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais.

³ Tratada pela autora como periferia não integrada, a Amazônia é avaliada como fronteira de desenvolvimento e de recursos. Em certa parte, a autora afirma que “os problemas ecológicos não são de menor monta. Pouco se sabe sobre a natureza amazônica; experiências desastrosas já se verificaram com a derrubada predatória da mata, que deixando de alimentar os solos e expondo-os às chuvas contínuas, acarreta sua rápida deterioração. Nada se sabe a respeito do comportamento do solo frente ao capim plantado, se este será ou não capaz de preservá-lo. Acrescente-se que a expansão atual tem ocupado apenas a fimbria da região, área de transição, e não propriamente a área equatorial, que é ainda uma incógnita. Sem falar da imensa riqueza abatida, representada pelas essências nativas, nobres, que bem mereciam uma exploração racional” (BECKER: 1974, p. 21).

⁴ Notícia acerca da Consulta para o Inventário dos Problemas do Meio-Ambiente no Brasil, uma reunião promovida pela CEPAL, em colaboração com o IBGE, na sede do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Guanabara.

⁵ Pesquisa no campo da geomorfologia, mas que dedica importante crítica ao modelo de povoamento e às atividades agrícolas no Planalto de Franca, em São Paulo.

1977	Ano 39, n.º 4, out./dez. 1977	<i>Ecodinâmica</i> , por Luiz Roberto Tommasi [Comentário Bibliográfico] ⁶
1978	Ano 40, n.º 1, jan./mar. 1978	<i>Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil</i> , por Bertha K. Becker
1979	Ano 41, n.º 3, jul./set. 1979	<i>Diagnóstico do desmatamento nos maciços da Tijuca, Pedra Branca e Gericinó - Rio de Janeiro</i> , por Ruy José de Almeida Pernambuco, Luiz Eduardo Cunha Mello, Jane F. S. Pitanga, Joaquim José Sombra de Albuquerque e Paulo Figueiredo Meira .
		<i>Considerações sobre o desenvolvimento regional e a localização espacial das atividades em países em desenvolvimento</i> , por Bertha K. Becker e Nilo Bernardes
	Ano 41, n.º 4, out./dez. 1979	<i>Geomorphology in environmental management - an introduction</i> , por Marta Maria B. Guidugli (Comentários) ⁷
<i>Situação ambiental da Região Noroeste de Minas Gerais</i> , por Centro Tecnológico de Minas Gerais- CETEC ⁸		
		<i>Política regional e mobilidade populacional numa fronteira de recursos do Brasil</i> , por Bertha K. Becker

Organização: Leandro Dias de Oliveira, 2024.

Quantitativamente foram encontrados 15 artigos que de alguma maneira tratam da questão ambiental contemporânea, trazendo elementos importantes das discussões geopolíticas em voga. Num cenário de despontamento da questão ambiental contemporânea, de maneira geral a temática ainda é timidamente tratada, especialmente quando comparada às discussões sobre a hierarquia urbana, à estrutura agrária, aos modelos climatológicos ou às classificações geomorfológicas. Preservação-conservação e mesmo meio ambiente permanecem restritos a poucos artigos, bem como o entendimento da natureza como recurso é majoritário.

Já nas quatro edições de 1972 (Volume 34, números 1, 2 ,3 e 4), ganha relevo a obra do geógrafo do IBGE Edmon Nimer, com um texto em cada edição tratando especialmente dos climas das diferentes regiões do Brasil. Se tais trabalhos não foram incluídos no Quadro 1 por serem entendidos como estudos aplicados do campo da climatologia, é de autoria de Edmon Nimer o artigo *A conservação da natureza ante a exploração econômica da Amazônia*, publicado na edição n.º 2 do

⁶ Comentário bibliográfico a respeito da obra: Tricart, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE-SUPREN, 1977. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv9679.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

⁷ Comentário bibliográfico a respeito da obra: COOKE, R. U. e DOORNKAMP, J. C. **Geomorphology in Environmental Management: an introduction**. Oxford: Clarendon Press, 1974, 413 p.

⁸ Refere-se à apresentação de trabalho realizada por Márcia Valadares de Melo Franco, por ocasião do 10.º Congresso Brasileiro de Engenharia Ambiental, Manaus, janeiro de 1979, representando a Superintendência de Ecologia e Engenharia Ambiental, da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC).

ano de 1975. O autor é certamente aquele que expressa com maior proficiência o debate que está ocorrendo em escala global: as alterações nas paisagens naturais devido ao progresso tecnológico [e ao crescimento populacional, algo sempre destacado no período]; o debate sobre a exploração dos recursos naturais, renováveis ou não; o conservacionismo como proposta de utilizar os recursos naturais sem destruí-los; o debate progresso *versus* conservacionismo ou progresso com conservacionismo; e as preocupações com o desflorestamento do bioma amazônico (NIMER, 1975).

Edmon Nimer foi o mais importante climatólogo do IBGE a partir da segunda metade dos anos 60 até sua aposentadoria nos anos 90, com notável produção acadêmica (ao todo, foram 12 artigos na RBG-IBGE) e grande capacidade de formação de profissionais, como os pesquisadores como Elmo Amador (estagiário no Setor de Climatologia chefiado por Nimer) e Ana Maria P. M. Brandão, que se aposentou do IBGE nos anos 90 e também se tornou professora na UFRJ (ALMEIDA, 2009). Além de plenamente articulado aos debates de ponta realizados no período, Edmon Nimer perfaz uma detalhada análise histórica do conservacionismo no Brasil e participa diretamente de inúmeras conferências internacionais sobre a questão ambiental.

Outra autora que se revela fundamental durante este primeiro período é a geógrafa Bertha Koiffman Becker, expoente brasileira do campo da geografia política e geopolítica e que se torna, alguns anos depois, uma referência importantíssima nos estudos sobre a *geopolítica do desenvolvimento sustentável* (BECKER, 1995, 1997, entre outros). Com uma obra vasta, Bertha Becker privilegiou em grande parte de sua trajetória investigações sobre a Amazônia, o planejamento central de Estado e as inovações tecnológicas no território (KAROL, 2013). Nota-se no período que os temas consagrados pela autora apresentam uma visão baseada no planejamento estatal e estão peremptoriamente articulados com propostas de ocupação racionalizada da Amazônia, na esperança do desenvolvimento econômico da região.

3.2- A emergência do desenvolvimento sustentável e a publicação do Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland): A questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IBGE entre 1980 e 1987

De 1980 até o final de 1987, totalizando também 8 anos ininterruptos de novas edições, a Revista Brasileira de Geografia do IBGE publicou ao todo 28 edições – os números 3 e 4 do ano de 1983, os números 3 e 4 do ano de 1984, os números 1 e 2 e os números 3 e 4 do ano de 1985 foram publicados em um só volume. No Quadro 2, foram identificados os artigos que mais atendem ao debate sobre questão ambiental contemporânea, que vivia a emergência do desenvolvimento sustentável como fórmula universal de ajuste economia-ecologia, destacando-se o ano e o número da edição e o título e nome do (a, es, as) autor (a, es, as).

Quadro 2: A questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IGBE entre 1980 e 1987

Ano	Edição	Título do artigo e nome do (a, es, as) autor (a, es, as)
1980	Ano 42, n.º 1, jan./mar. 1980	<i>Administração do meio ambiente: algumas considerações</i> , por Dália Maimon
	Ano 42, n.º 2, abr./jun. 1980	<i>Uso racional e integrado dos recursos hídricos da bacia do rio das Velhas - região de estudos II</i> , por Sidney Augusto Gonçalves Rosa e Joaquim Caetano de A. Júnior
		<i>Ecologia e análise espacial</i> , por James D. Clarkson (Transcrição) ⁹
		<i>Agricultura e meio ambiente</i> , por Antônio José Teixeira Guerra (Comentário)
	Ano 42, n.º 3, jul./set. 1980	<i>Subsídio ao plano de ação mundial para combater a desertificação - programa das Nações Unidas para o meio ambiente</i> , por Edmon Nimer
Ano 42, n.º 4, out./dez. 1980	<i>Meio ambiente - uma revisão bibliográfica</i> , por Antônio José Teixeira Guerra	
1981	Ano 43, n.º 1, jan./mar. 1981	<i>Meio ambiente e modernização agrícola</i> , por Adernar Ribeiro Romeiro e Fernando José Abrantes
	Ano 43, n.º 2, abr./ jun. 1981	<i>O fator climático nos sistemas territoriais de recreação</i> , por Evandro Biassi Barbière
	Ano 43, n.º 2, abr./ jun. 1981	<i>Handbook for environmental planning: the social consequences of enviromental changes</i> , por Marta Maria Barreto Guidugli (Comentário Bibliográfico) ¹⁰
	Ano 43, n.º 3, jul./ set. 1981	<i>Biogeografia insular aplicada à conservação</i> , por Gustavo A. B. da Fonseca
		<i>O fogo como agente ecológico</i> , por Tarciso S. Filgueiras
Ano 43, n.º 4, out./ dez. 1981	<i>A proposição dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas: seus determinantes e análise através de ecologia fatorial</i> , por David Michael Vetter, Dulce Maria Alcides Pinto, Olga Buarque de Lima Fredrich e Rosa Maria Ramalho Massena	
1982	Ano 44, n.º 1, jan./mar. 1982	<i>A ecologia humana do meio ambiente da savana (Human Ecology in Savanna Environments)</i> , por David H. Harris (Comentário Bibliográfico) ¹¹

⁹ Transcrito de *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 60, n.º 4, set. 1970.

¹⁰ Comentário bibliográfico a respeito da obra: MCEVOY, J.; DIETZ, T. (ed.). **Handbook for Environmental Planning – The social consequences of environmental change**. Londres: John Wiley & Sons, 1977, 323 p.

¹¹ Comentário bibliográfico a respeito da obra: HARRIS, David H. **Human Ecology in Savanna Environments**. England: Unlversity of London and Department of Geography, University College London, 1980.

	Ano 44, n.º 1, jan./mar. 1982	<i>Introdução ao estudo de feromônios</i> , por Edmon Nimer
	Ano 44, n.º 2, abr./ jun. 1982	<i>The limits to growth</i> , por Edmon Nimer (Comentário Bibliográfico) ¹²
	Ano 44, n.º 3, jul./set. 1982	<i>Degradação ambiental e ineficiência energética (o círculo vicioso da “modernização” agrícola)</i> , por Adernar R. Romeiro e Fernando J. Abrantes.
		<i>Utilização de imagens orbitais como forma adequada no controle de áreas de preservação</i> , por João Roberto dos Santos .
	Ano 44, n.º 4, out./ dez. 1982	<i>Abordagem integrada como base para elaboração do relatório de qualidade do meio ambiente</i> , por Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente - SUPREN ¹³
1983	Ano 45, n.º3-4, jul./dez. 1983	<i>O carvão mineral como fonte alternativa de energia</i> , por José Cezar de Magalhães Filho, Arnaldo Boaretto e Waterloo Moraes Soares.
		<i>Alteração da cobertura vegetal do sul da Bahia</i> , por Edgar Kuhlmann João Batista da Silva Pereira Zélia Lopes da Silva et alii.
		<i>Síntese da trajetória das ideias e preocupações do Clube de Roma e as ideias da Fundação Bariloche</i> , por Edmon Nimer
1986	Ano 48, n.º 2, abr./ jun. 1986	<i>Estudo geomorfológico da bacia do Mazomba (Itaguaí-RJ), com fins ao planejamento do uso da terra</i> , por Antônio José Teixeira Guerra
		<i>Análise comparativa das condições ambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana de São Paulo</i> , por Celeste Rodrigues Maio
	Ano 48, n.º 3, jul./set. 1986	<i>Alterações ambientais no Distrito Federal, baseadas na geomorfologia dinâmica</i> , por Celeste Rodrigues Maio
1987	Ano 49, n.º 2, abr./jun. 1987	<i>Compartimentação geoambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)</i> , por Celeste Rodrigues Maio
	Ano 49, n.º 3, jul./set. 1987	<i>A periodização da rede urbana da Amazônia</i> , por Roberto Lobato Corrêa
	Ano 49, n.º 3, jul./set. 1987	<i>Análise geoambiental na compartimentação morfológica do Distrito Federal</i> , por Celeste Rodrigues Maio

¹² Resumo do informe, sob o título acima, preparado para o Clube de Roma e submetido à discussão desse Clube em 1971, em Montebello, Canadá, depois publicado sob forma de livro: MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento**: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973 [1972].

¹³ Conforme informação em nota no texto, os autores deste trabalho são os técnicos da SUPREN/IBGE: Aluizio Gapdeville Duarte, Dulce Alcides Pinto, Edmon Nimer, José Cezar de Magalhães Filho, Maria Guilhermina E. dos Santos, Mario Sergio D'Avila Cavalcanti, Miguel Guimarães de Bulhões, Ney Alves Ferreira; Virginia Quilelli, Wilson Duque Estrada Regls e Iara Mattos de Simas Enéas.

Ano 49, n.º 4, out./dez. 1987

Degradação ambiental e seus efeitos sobre os seres vivos e materiais, por Stael Starling Moreira dos Santos

Organização: Leandro Dias de Oliveira, 2024.

Quantitativamente foram encontrados 28 artigos que de alguma maneira tratam da questão ambiental contemporânea, de forma central ou incorporando elementos centrais da temática. Quando emerge e se consolida internacionalmente a concepção de desenvolvimento sustentável e reverberam novas técnicas de manejo ecológico, ocorreu progressivamente a incorporação de concepções como geoambiente, degradação ambiental, alterações ambientais e as inúmeras formas de planejamento das ações ambientais a partir dos estudos de especialistas.

Como notado, Edmon Nimer permanece sendo um importante intérprete das discussões globais sobre questão ambiental, redigindo importantes análises sobre a obra *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade* (MEADOWS et. al., 1973 [1972]), bem como acerca da atuação do Clube de Roma, financiador do estudo realizado pelo Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT) e presidido por Dennis Meadows.

Dois geógrafos do campo da geomorfologia e vinculados ao IBGE também se destacaram no período: Celeste Rodrigues Maio, que atuava junto à Superintendência de Recursos Naturais do instituto e também era orientadora educacional da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, se debruçou especialmente sobre a análise geoambiental-geomorfológica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; e Antônio José Teixeira Guerra, que atuou com geógrafo no IBGE entre 1973 e 1979, mas que atualmente é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que tem publicado importantes livros como *Geomorfologia e Meio Ambiente* (CUNHA, GUERRA, 1996), *Avaliação e Perícia Ambiental* (GUERRA, CUNHA, 1999), *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil* (GUERRA, CUNHA, 2001), entre outros.

3.3- A Consolidação e celebração do desenvolvimento sustentável na Conferência do Rio de Janeiro: A questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IBGE entre 1988 e 1992

O último período aqui analisado, entre os anos 1988 e 1992, compreende apenas 5 anos de publicação da Revista Brasileira de Geografia do IBGE. Ao todo, a Revista Brasileira de Geografia do IBGE publicou nesses 5 anos 20 edições, excetuando-se as duas edições especiais lançadas em 1988, quando artigos clássicos foram republicados em comemoração ao cinquentenário da revista. No Quadro 3, foram identificados os artigos que mais atendem ao debate sobre questão ambiental contemporânea, que assistia à institucionalização, celebração e espraiamento da concepção de

desenvolvimento sustentável, destacando-se o ano e o número da edição e o título e nome do (a, es, as) autor (a, es, as).

Quadro 3: A questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IGBE entre 1988 e 1992

Ano	Edição	Título do artigo e nome do (a, es, as) autor (a, es, as)
1988	Ano 50, n.º 1, jan./mar. 1988	<i>Desertificação: Realidade ou Mito?</i> , por Edmon Nimer
		<i>Poluição atmosférica no Rio de Janeiro</i> , por Adalberto Serra
	Ano 50, n.º 2, abr./jun. 1988	<i>Evolução geoambiental da Região Metropolitana de Porto Alegre (Rio Grande Do Sul)</i> , por Celeste Rodrigues Maio
	Ano 50, n.º 3, jul./set. 1988	<i>As enchentes na bacia do Mearim na década de 70 - uma avaliação das causas e consequências</i> , por Mitiko Yanaga Une, Patricia Stella P. F. Alves e Yone Vieira R. da Cunha
		<i>Análise ambiental da Apa de Cairuçu</i> , por Jorge Xavier da Silva e equipe ¹⁴
		<i>Subsídios aos estudos sobre exploração e aproveitamento do Gás Natural no Brasil</i> , por Marilda Bueloni Penna Poubel, Maria Lúcia Santiago Bello e Patricia Pelosi Silva Cruz Gouveia
		<i>Projeto Atlas Nacional do Brasil: A concepção teórica</i> , por Edmon Nimer, Maria Monica O'Neill e Roberto Lobato Corrêa
	Ano 50, n.º 4, out./dez. 1988	<i>O ambiente edáfico da região do Programa Grande Carajás</i> , por Italo Claudio Falesi
		<i>Dinâmica do uso do solo urbano no Distrito Federal: uma contribuição ao estudo de modificações ambientais</i> , por Dulce Maria Alcides Pinto, Edna Mascarenhas Sant' Anna e Súely da Silva Coelho Lima
		<i>Tipologia e mapeamento da vegetação do Distrito Federal com aspectos de modificações ambientais</i> , por Miguel Guimarães de Bulhões, Norma Sueli Marques da Rocha, Elizabeth Pereira Quintella, Selma Barbosa de Abreu, Mara de Andrade Marinho, Tania Maria Ferreira da Silva, Moisés Jordão Filho e Virgínia Quilelli

¹⁴ Com a coordenação do geógrafo Jorge Xavier da Silva, foram participantes da pesquisa, conforme informado no texto: a graduanda em Geografia Cristina Maria Nakamura Vivas, o programador João Rocha Braga Filho, o programador José Salgado da Cunha, o graduando em Geografia Luiz Mendes de Carvalho Filho, o mestrando em Geografia Marcelo José Lopes de Souza, o graduando em Geografia Miguel Tavares Mathias, o programador Nelson Felipe Pinheiro, o programador Osmar Moreira de Oliveira, o geógrafo Oswaldo Elias Abdo, o graduando em Geografia Reinaldo Nunes do Nascimento, a administradora Rosângela Garofalo, todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

		<i>Estudo da área mineradora de Carajás</i> , por Irene Garrido Filha, Írio Barbosa da Costa e Glória Vanicore Ribeiro
1989	Ano 51, n.º 2, abr./jun. 1989	<i>Os sistemas de transporte na Região Norte: evolução e reorganização das redes</i> , por Roberto Schmidt de Almeida e Miguel Ângelo Campos Ribeiro
	Ano 51, n.º 3, jul./set. 1989	<i>Reorganização do sistema viário na região de influência da BR-364</i> , por Miguel Ângelo Campos Ribeiro e Roberto Schmidt de Almeida
		<i>Mineração: uso do solo e meio ambiente na Amazônia - proposta metodológica</i> , por Irene Garrido Filha (Coordenadora), Glória Vanicore Ribeiro, Írio Barbosa da Costa, Jeferson de Azevedo, Maria Guilhermina Esteves, Pedro Luis Amendola e Valdir Neves
Ano 51, n.º 4, out./dez. 1989	<i>Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do estado na Amazônia</i> , por Bertha K. Becker	
1990	Ano 52, n.º 1, jan./mar. 1990	<i>Saneamento básico e problemas ambientais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro</i> , por Ciléa Souza da Silva, José Carlos Valim Rodrigues e Nelly Lamarão Câmara
	Ano 52, n.º 2, abr./jun. 1990	<i>A aplicação da abordagem em sistemas na Geografia Física</i> , por Antonio Christofolletti
		<i>Estudo da área mineradora de bauxita do Trombetas e suas consequências na região</i> , por Irene Garrido Filha
		<i>A Amazônia e o clima do globo terrestre</i> , por Luiz Carlos Baldicero Molion
	<i>A questão ambiental e a industrialização nordestina</i> , por Miguel Ângelo Campos Ribeiro e Roberto Schmidt de Almeida	
Ano 52, n.º 3, jul./set. 1990 [Número especial: A Questão Ambiental e a Qualidade de Vida] ¹⁵	<i>A paisagem dos arredores de Porto Alegre</i> , por José A. Lutzenberger	
	<i>A devastação da Floresta Amazônica</i> , por Orlando Valverde	
	<i>Recuperação de Áreas Degradadas</i> , por Alceo Magnanini	
	<i>A mineração da bauxita no Vale do Trombetas: estudo de meio ambiente e uso do solo</i> , por Irene Garrido Filha, Glória Vanicore Ribeiro, Írio Barbosa da Costa, Jeferson de Azevedo e Valdir Neves	

¹⁵ Consta na revista uma nota do editor: “Mais viva do que nunca, apesar de já há algum tempo ter comemorado o seu cinquentenário, a Revista Brasileira de Geografia apresenta aos seus leitores uma das mais felizes inovações, ou seja, a escolha de um tema anual, sobre o qual são convidados a escrever autores consagrados, indicados pelo Conselho Editorial. ‘A Questão Ambiental e a Qualidade de Vida’, tema deste volume, leva aos senhores o pensamento geográfico sobre o assunto escolhido, revelando a preocupação constante da comunidade científica em relação ao ambiente e à devida sensibilização das autoridades. Inicia-se, assim, esta nova fase da RBG, a qual esperamos seja de inteiro agrado dos nossos leitores”. Ou seja, o tema “A Questão

		<i>Os povos da floresta, os imigrantes e os modelos de ocupação territorial: impactos e alternativas</i> , por Dora Rodrigues Hees
		<i>Uma visão geográfica acerca da questão ambiental</i> , por Adma Hamam de Figueredo e Cesar Ajara
		<i>Contribuição ao estudo da dimensão sócio-econômica na análise ambiental: uma experiência na Amazônia Ocidental Brasileira</i> , por Olga Maria Schild Becker
	Ano 52, n.º 4, out./dez. 1990	<i>Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia - Um poder territorial?</i> , por Bertha K. Becker
		<i>O processo de urbanização e a qualidade ambiental - efeitos adversos no clima</i> , por Magda A. Lombardo
	Ano 53, n.º 2, abr./jun. 1991	<i>Ecossistemas e impactos ambientais da modernização agrícola do Vale do São Francisco</i> , por Rose Claire Laroche
		<i>A vegetação do Brasil - Desmatamento e Queimadas</i> , por Luiz Góes-Filho e Ricardo Forin Lisboa Braga
1991	Ano 53, n.º 3, jul./set. 1991 [Número especial: Gestão do Território]	<i>Uma análise sobre o processo de organização do território: o caso do zoneamento ecológico-econômico</i> , por Cristina Maria Costa Leite
		<i>Um banco de dados ambientais para a Amazônia</i> , por Jorge Xavier da Silva, Carlos Hiroo Saito, João Rocha Braga Filho, Osmar Moreira Oliveira e Nelson Felipe Pinheiro
		<i>A Problemática Floresta Amazônica</i> , por Francisco Guerra
		<i>Amazônia - Gestão do Território</i> , por Alcyr Boris De Souza Meira
		<i>Gestão do Território - Uma Perspectiva Conservacionista</i> , por Ibsen G. Câmara
		<i>Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. Uma representação a partir do Brasil</i> , por Bertha K Becker
		<i>O Potencial Hidrelétrico Brasileiro</i> , por Sérgio Barbosa de Almeida
		<i>Florestas Nacionais</i> , por João Carlos Nedel
	Ano 53, n.º 4, out./dez. 1991	<i>Arrefecendo o aquecimento global</i> , por Luiz Carlos Baldicero Molion
1992	Ano 54, n.º 1, jan./mar. 1992	<i>Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia</i> , por Mary Helena Allegretti

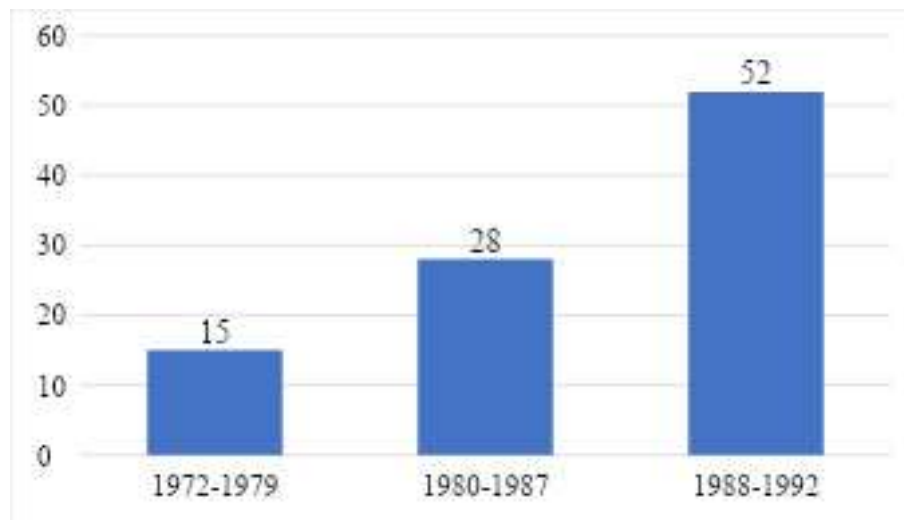
Ambiental e a Qualidade de Vida” inaugura a série de edições especiais temáticas da Revista Brasileira de Geografia. Neste volume, todos os textos foram incluídos no quadro.

		<i>Saneamento básico e problemas ambientais na Região Metropolitana de Belém</i> , por Stael Starling Moreira dos Santos (coord.), Ciléa Souza da Silva e Nelly Lamarão Câmara
		<i>Reordenação espacial e evolução da economia agrária: o caso das terras altas da transição agreste-mata do norte de Pernambuco</i> , por José Grabois, Mauro José da Silva e Caio Augusto Amorim Maciel
Ano 54, n.º 2, abr./jun. 1992		<i>Plano de manejo ecológico como forma de gestão de unidades de conservação-Bodoquena: Um estudo de caso</i> , por Nadja Maria Castilho da Costa e Claudia Rodrigues Segond
		<i>A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira</i> , por Lia Machado
Ano 54, n.º 3, jul./set. 1992		<i>Considerações sobre a organização industrial da Amazônia</i> , por Miguel Ângelo Campos Ribeiro
		<i>Geoprocessamento e análise ambiental</i> , por Jorge Xavier da Silva
		<i>Parque Salineiro de Macau - Remodernização Tecnológica x Impactos</i> , por Ademir Araujo da Costa
Ano 54, n.º 4, out./dez. 1992		<i>Linhas de pesquisa para a Geografia no Brasil, uma contribuição</i> , por Fany Davidovich
		<i>O agrário verde-amarelo hoje e amanhã</i> , por Geraldo Müller
		<i>A (re) valorização do espaço geográfico no contexto de (re) definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre um confronto de territorialidades na Amazônia Brasileira</i> , por Cesar Ajara

Organização: Leandro Dias de Oliveira, 2024.

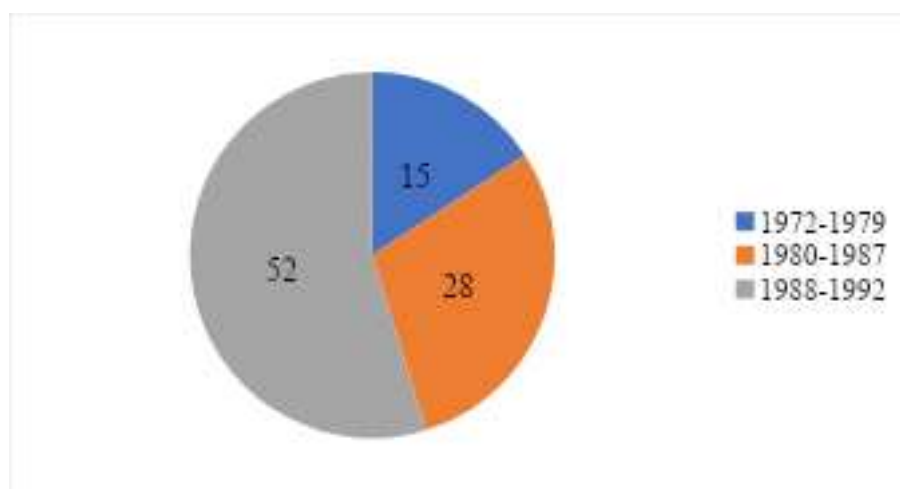
Neste reduzido período de apenas 5 anos, contemplando as 20 edições publicadas entre 1988 e 1992, foram encontrados 52 artigos que abordam a questão ambiental, de forma direta ou como rebatimento da pesquisa efetuada. Trata-se de período importante da questão ambiental no Brasil, seja pelo triste assassinato do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, e pelas repercussões internacionais das queimadas que ocorriam na Floresta Amazônica, seja pela inclusão de um artigo sobre meio ambiente na Constituição Federal do Brasil e pela realização, na cidade do Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no ano de 1992. Em 5 anos da revista, o número de textos que abordavam a questão ambiental mais que dobrou em relação aos 16 anos anteriores, conforme o Gráfico 1, com a publicação de mais da metade dos artigos sobre o tema apenas entre 1988 e 1992.

Gráfico 1: Número de artigos que abordaram a questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IBGE entre 1972 e 1992



Elaboração: Leandro Dias de Oliveira, 2024.

Gráfico 2: Artigos que abordaram a questão ambiental na Revista Brasileira de Geografia do IBGE entre 1972 e 1992: proporção de textos por períodos (1972-1979, 1980-1987 e 1988-1992)



Elaboração: Leandro Dias de Oliveira, 2024.

Entre 1988 e 1992, em apenas 5 anos, quando foram publicados 52 artigos que abordaram a questão ambiental contemporânea, houve um número de textos contemplando o tema maior que a soma dos 15 anos anteriores, quando foram publicados 43 artigos, 15 entre 1972 e 1979 e 28 entre 1980 e 1987. No período 1988-1992, os geógrafos Edmon Nimer, Bertha K. Becker e Celeste Rodrigues Maio permanecem publicando importantes contribuições à temática ambiental. O geógrafo Jorge Xavier da Silva, professor da UFRJ e precursor do Geoprocessamento no Brasil (ZAIDAN, 2021), apresentou contribuições no tema tratando especialmente de assuntos tipologia, mapeamento

cartográfico e análise ambiental. Importantes autores do IBGE, com dedicação especial aos estudos da geografia urbana, como Fany Davidovich, Miguel Ângelo Campos Ribeiro e Roberto Schmidt de Almeida incorporam em suas análises os impactos ambientais da industrialização e da rede de transportes. O climatólogo Luiz Carlos Baldicero Molion, professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e que esteve na Rio-92, publicou dois textos, sendo um deles intitulado *Arrefecendo o aquecimento global* (MOLION, 1991), que contesta a tese de elevação antrópica da temperatura terrestre. Atualmente, os estudos que revelam as mudanças climáticas e a elevação da temperatura na Terra por razões econômico-produtivas são amplamente aceitas na comunidade científica e manifestações contrárias acabam utilizadas para defesa de mecanismos poluidores e abordagens anticientíficas.

O número ascendente de artigos também demonstra que não é possível que mesmo trabalhos sobre temas clássicos da geografia brasileira ficassem alheios aos impactos ambientais e ao debate ecológico. Geógrafos com diferentes formações e especialidades passaram a incorporar o debate ambiental em artigos sobre o saneamento básico nas cidades, a fronteira agrícola e as formas de produção no campo, a organização industrial, a urbanização e gestão territorial e muitos outros. A consolidação da temática é de tal forma potente que a edição n.º 3, de 1990, inaugura a decisão de publicar um número especial por ano: o tema escolhido é “A Questão Ambiental e a Qualidade de Vida”, com os 7 artigos da revista dedicados ao assunto. O artigo da edição final de 1992, intitulado a *A (re)valorização do espaço geográfico no contexto de (re) definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre um confronto de territorialidades na Amazônia Brasileira*”, assinado pelo pesquisador do IBGE e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE-IBGE) Cesar Ajara, discute os impactos da globalização no espaço amazônico e aponta a importância da gestão territorial se reportar às diferentes territorialidades. Afinal, a questão amazônica é deveras complexa, com territorialidades diretamente articuladas com o espaço transnacional, mas também daquelas emergentes da luta para superação dos desafios ecológicos contemporaneamente colocados para a humanidade (AJARA, 1992). Um debate que permanece contemporâneo e que apontava novas questões que seriam muito exploradas nos anos seguintes.

Conclusões

O principal resultado da investigação proposta é a evidência de ampliação do número de artigos sobre a questão ambiental publicados na Revista Brasileira de Geografia do IBGE no período entre 1972 e 1992. O levantamento, tabulação de dados e leitura do material selecionado revelou a incorporação de um extenso vocabulário sobre o tema: meio ambiente, dinâmica ambiental, geoambiente, mudanças climáticas, conservação-preservação, desenvolvimento sustentável. Os geógrafos brasileiros, com alguma vantagem numérica para aqueles vinculados à *geografia física*,

estavam atentos às discussões realizadas nos mais altos fóruns decisórios da geopolítica e aos mais avançados estudos globais sobre o tema. Da mesma maneira, percebe-se a incorporação do debate ambiental por autores cujo escopo histórico de pesquisa não contemplava tal temática, bem como se ampliam reflexões sobre desmatamento, poluição, queimadas, zoneamento econômico-ecológico, conservacionismo, preservação ambiental e outros.

Também é importante ressaltar que a Revista Brasileira de Geografia do IBGE oferecia aos seus leitores análises profícuas sobre questões espinhosas da questão ambiental contemporânea: os limites do crescimento econômico e suas mazelas ambientais, as mudanças no clima global e as formas avançadas de gestão das riquezas naturais. Ainda que após 1988 se perceba uma preocupação mais técnica de gestão do território e uso racional da natureza, os debates políticos sobre o tema permanecem ampliando os horizontes de análise.

Por fim, deve-se destacar que o acervo de todas as edições da Revista Brasileira de Geografia do IBGE tem valor imensurável não apenas para aqueles que se interessam pelos caminhos da geografia brasileira durante o século XX, mas para todos que buscam uma leitura segura, qualificada e múltipla das dinâmicas espaciais no Brasil e no mundo. Disponível de forma gratuita pelo IBGE, a Revista Brasileira de Geografia é uma fonte rica de informações, dados e análises que merece ser lida atentamente pela futura geração de geógrafos. E se este artigo ofereceu um breve e arriscado panorama da questão ambiental à luz dos trabalhos da Revista Brasileira de Geografia, ainda há muito trabalho a ser feito: como os autores da RGB e de outras revistas brasileiras de geografia reagem à Rio 92? Quais são os temas que emergem na última década do século XX e neste primeiro quartel do século XXI? Qual o papel da geografia perante a questão ambiental contemporânea? Eis uma agenda de investigação muitíssimo bem-vinda.

Agradecimentos

Agradecemos a leitura prévia deste artigo realizada pelos professores Guilherme Ribeiro, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e Miguel Angelo Ribeiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ainda que as possíveis imperfeições da proposta devam ser creditadas unicamente ao autor, o diálogo com pesquisadores tão experientes e qualificados reforçam a confiança na importância do tema aqui analisado.

Referências Bibliográficas

- AGENDA 21. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996 [1992].
- AJARA, Cesar. A (re) valorização do espaço geográfico no contexto de (re) definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre um confronto de territorialidades na Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Ano 54, n.º 4, out./dez. 1992.


- BAKER, Susan. *Sustainable Development*. London, New York: Routledge – Taylor e Francis Group, 2006.
- ALMEIDA, R. S. de . A geografia física no IBGE 1938-1998. *Revista De Ciências Humanas*, 1(1), 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3508>. Acesso em: 31 de maio de 2024.
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- BAYLISS-SMITH, Tim; OWENS, Sandra. O desafio ambiental. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996 [1994].
- BECKER, Bertha K. A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Ano 36, n.º 2, abr./jun. 1974.
- BECKER, Bertha K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. H. P. (Orgs.). *Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Editora Gaia, 2010 [1962].
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988 (1987).
- COMMONER, Barry. *The closing circle: nature, man, and technology*. New York, USA: Courier Dover Publications, 2020.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da República, 1988.
- CONVENÇÃO-QUADRO das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. *Protocolo de Quioto e legislação correlata*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004 [1997].
- COOKE, R. U. e DOORNKAMP, J. C. *Geomorphology in Environmental Management: an introduction*. Oxford: Clarendon Press, 1974.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a Geografia Cultural. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 51, n.º 1, jan./mar. 1989.
- CUNHA, Sandra B. ; GUERRA, Antônio J. T. (Orgs.). *Geomorfologia e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- EHRlich, Paul. *The Population Bomb*. New York, USA: Ballantine Books, 1968.
- EVASO, Alexander Sergio; BITTENCOURT Jr., Clayton; VITIELLO, Márcio Abondanza; NOGUEIRA, Sílvia Maria; RIBEIRO, Wagner Costa. *Desenvolvimento Sustentável: Mito ou*

- Realidade? *Revista Terra Livre*, Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 91-101, 1992.
- FALK, Richard A. *This Endangered Planet: Prospects and Proposals for Human Survival*. New York, USA: Random House, 1971.
- FOLADORI, Guillermo. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006 [2001].
- GABALDÓN, Arnoldo José. *Dialectica del Desarrollo Sustentable: Una perspectiva latinoamericana*. Caracas, Venezuela: Fundación Polar, 1996.
- GEORGE, Pierre. *O Meio Ambiente*. São Paulo: Difusão Européia do Livro / Saber Atual, 1973 [1971].
- GUERRA, Antônio. J. T.; CUNHA, Sandra B. (Orgs.). *Avaliação e Perícia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- GUERRA, Antônio. J. T.; CUNHA, Sandra B. (Orgs.). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HARDIM, Garret. *Exploring New Ethics for Survival*. Londres, Reino Unido: Penguin Books, 1973 [1962].
- HARDIM, Garret. The Tragedy of Commons. In: *Environmental ethics*. Londres, Reino Unido: Routledge, 2013 [1968].
- HARRIS, David H. *Human Ecology in Savanna Environments*. England, University of London and Department of Geography, University College London, 1980.
- HOBELINK, H. La Cumbre de la Tierra: ¿un éxito o un fracaso? In: FUNDACIO CIDOB (1993): *Anuario Internacional CIDOB 1992*. Cambios y Actores en la Realidad Internacional. Algunas Claves para Interpretaciones. Barcelona, Fundació CIDOB, 1992C.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994].
- HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. *Sustainable Development*, Volume 13, Issue 1, pp. 38-52, 2005.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Revista Brasileira de Geografia*. Volumes 34-54, 1972-1992. Disponíveis em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: 03 de junho de 2024.
- KAROL, Eduardo. *Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012)*. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

- LAGO, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio de Janeiro, Johannesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2007.
- LE PRESTE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. São Paulo: Editora Senac, 2000 [1997].
- McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992 [1989].
- MCEVOY, J.; DIETZ, T. (ed.). *Handbook for Environmental Planning – The social consequences of environmental change*. Londres: John Wiley & Sons, 1977.
- MEADOWS, Donella H. et al. *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973 [1972].
- MELLO, João Baptista Ferreira de. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Ano 52, n.º 4, out./dez. 1990.
- MENDONÇA, Francisco. *Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Arrefecendo o aquecimento global. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Ano 53, n.º 4, out./dez. 1991.
- NIMER, Edmon. A conservação da natureza ante a exploração econômica da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Ano 37, n.º 2, abr./jun. 1975.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. *Geopolítica Ambiental: A construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- ONU. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, Assembleia Geral das Nações Unidas (A/RES/70/1), 25 de setembro de 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org>. Acesso em: 03 de junho de 2024.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Invenção de Novas Geografias. In: Programa de pós-graduação em geografia. *Território Territórios*. Niterói / RJ: UFF/AGB, 2002.
- RIBEIRO, Guilherme; ROCHA, André Santos da; OLIVEIRA, Leandro Dias de; SILVA, Marcio Rufino; RAMOS, Tatiana Tramontani; RODRIGUES, Glauco Bruce; ARANTES, Leonardo. Centro de cálculo, redes de circulação e história da geografia: o caso da Revista Brasileira de Geografia do IBGE (1939-1996). *Confins* (Paris), Número 45, p. 1-14, 2020.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A CNUMAD e o Fórum Global: Algumas Leituras. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). *Meio Ambiente – Ecos da Eco. Textos Didáticos*, Nº. 8. Campinas, SP, IFCH / UNICAMP, Março / 1993b.

- ROMERO, Hugo. Desafios para la integración de la Ecología Política y la Geografía Física en los estudios ambientales regionales y urbanos. In: MENDONCA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza, SILVA, Márcia da (Orgs.). *Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Antonina-PR: ADEMADAN, 2009.
- STOLL, Mark. **Lucro**: Uma história ambiental. Coimbra, Portugal: Edições 70, 2023.
- TRICART, Jean. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE-SUPREN, 1977. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv9679.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2024.
- VIEIRA, Susana Camargo. A Construção do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. *Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Sette Letras / Historia y Vida, 2002.
- ZAIDAN, Ricardo Tavares. Jorge Xavier da Silva e sua Influência na Formação Acadêmica Profissional. *Espaço Aberto*, v. 11, n. 2, p. 149-156, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Leandro Dias de Oliveira  - Professor Associado II do Departamento de Geografia da UFRRJ (Instituto de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), campus-sede, e docente dos quadros permanentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais (PPGIHD-UFRRJ). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP, 1998-2002), Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2004-2006), Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2007-2011) e Pós-doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ, 2018-2019).

E-mail: ldiasufrj@gmail.com

Data de submissão: 3 de agosto de 2024

Aceito para publicação: 30 de setembro de 2024

Data de publicação: 18 de outubro de 2024